

**LEIA AINDA  
NESTA EDIÇÃO**APROPUC leva à  
Reitoria situação dos  
professores

\*

Polêmica das  
carteirinhas chega  
ao Consun

## REUNIÃO ABERTA

# Funcionários fazem diagnóstico sombrio da universidade

**D**escaso com os funcionários, terceirização acelerada, falta de discussão dos projetos administrativos. Essas foram algumas das críticas levantadas pelos funcionários administrativos em reunião aberta realizada na sexta-feira, 21/10.

A situação de imobilismo da categoria foi lembrada pela maioria dos presentes, que apontaram uma “cultura do medo” implantada pelos gestores da universidade.

Para os funcionários, as demissões (que já beiram a centena), o fechamento de setores (nem sempre discutido a fundo) e a terceirização desmedida vêm transformando a cara da PUC, num esforço contínuo da direção da universidade para amedrontar a categoria e reduzir a sua força. “O projeto da Reitoria é demitir os funcionários antigos para contratar outros com menores salários”, assinalou o presidente da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva.

## Artistas da Fome

Um funcionário comparou os trabalhadores da PUC ao Artista da Fome, personagem de Franz Kafka, que é relegado a um se-

gundo plano quando sua atividade não interessa mais aos donos do circo. Tal situação é notória quando são publicados editais no site da universidade para a contratação de novos funcionários, com salários sensivelmente mais baixos que os atuais.

Outra funcionária lembrou a importância da manifestação dos trabalhadores, no sentido de garantir a sua força e evitar que a

entidade se torne refém das atitudes da Reitoria.

Várias propostas foram levantadas pelos participantes, como a realização de uma audiência pública ou de uma auditoria para analisar a situação da universidade. Como a reunião não tinha caráter deliberativo, uma nova assembléia foi agendada para esta sexta-feira, 28/10, às 14h, na sala 333, para prosseguir na discussão do tema.

## SOROCABA

### Documentos confirmam ligação de professores com terceirizada

A diretoria da AFAPUC apresentou na reunião aberta o documento que comprova a vinculação de professores da universidade com a empresa CDTR (Centro de Diálise e Transplante Renal S/C Ltda.).

De acordo com um documento autenticado em 22 de agosto de 1997 no Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Sorocaba, os professores Cibele Isaac Saad Rodrigues, Francisco Antonio Fernandes e Ênio Marcio Maia Guerra participam da sociedade da empresa C.D.T.R., que hoje é responsável pelo setor de Nefrologia do

Hospital Santa Lucinda.

Para a diretoria da AFAPUC, embora tal procedimento possa ser considerado legal pelas normas em vigor no país, ele é no mínimo imoral, pois, em outras oportunidades, como a licitação da atual Praça de Alimentação, era terminantemente proibida a aceitação de qualquer proposta onde figurassem parentes de funcionários ou professores da universidade.

Nos próximos dias, a direção da entidade vai divulgar um documento onde explicitará sua posição em relação ao caso.

## A face política da crise

A diretoria da APROPUC avalia como fator de suma importância os professores tomarem consciência da grave situação da crise, sobretudo das consequências que advirão das medidas de saneamento previstas. As demissões de funcionários são o sintoma de que os trabalhadores arcam e arcarão com o déficit.

A questão do contrato de trabalho é muito séria. A PUC diferencia-se na qualidade de ensino devido a condições trabalhistas para o exercício da docência. Uma ruptura nesse ponto provocará um retrocesso desastroso.

A APROPUC relatou à Reitoria o clima de insegurança entre os professores. Houve o compromisso dos vice-reitores de levar nossa preocupação à reitora Maura para acertar uma reunião.

Devemos, portanto, ampliar nossa mobilização, para nos informarmos e avaliarmos as tendências da crise e as variantes político-administrativas da Reitoria. Na reunião com os vice-reitores administrativo (Flávio Saraiva) e comunitário (João Décio), expressamos a apreensão de que não se tome nenhuma medida de profundidade no período de férias.

A APROPUC está empenhada em que os professores não permaneçam passivos. Qualquer que seja o plano econômico-financeiro elaborado pela Reitoria, admitindo os dados oficiais da crise, afetará as condições de trabalho e ensino.

A universidade se assenta em três setores. Todos têm importância social. Vemos o quanto as demissões em funcionários estão rompendo as relações e o quanto poderá haver de deformações se a Reitoria optar pela terceirização, uma forma de precarização do trabalho que se expande por toda a economia e que sacrifica a vida dos assalariados.

Nosso contrato de trabalho está no centro das atenções. Poderá sofrer o mesmo fenômeno da precarização trabalhista. Os reflexos no ensino serão contundentes, caso se modifiquem significativamente as proporções entre a jornada em sala de aula, o número de alunos e as atividades afins.

Os estudantes não deixam de ter seus problemas com as altas mensalidades e restritas bolsas de estudo.

As contradições são muitas. Por isso mesmo, os três setores têm de participar dos destinos da PUC. Nenhum setor isolado poderá influenciar sobre os caminhos a ser tomados. Já realizamos um ato unitário com o objetivo de colocar para a Reitoria que somos parte do problema e fundamentais para as soluções. O limite de nossa manifestação e discussão refletiu a passividade que ainda impera entre nós e que deve ser superada. Esse é o principal problema político a ser superado.

O movimento social deve assumir a responsabilidade da educação. É nesse sentido que a APROPUC considera fundamental a participação democrática dos professores nas reuniões e assembléias. É preciso que os três setores se comuniquem e se posicionem frente aos acontecimentos, elaborando propostas.

*Erson Martins de Oliveira,  
Diretor da Apropuc.*



FABIO MASSIF

A mesa que discutiu Mídia e Democracia, na noite de 17/10

## SEMANA DE JORNALISMO

### Fugir da mesmice: o desafio cotidiano do jornalista

Em dois debates da Semana de Jornalismo, sobre Mídia e Democracia e Movimentos Populares na Mídia, ganhou espaço a idéia de que o jornalista deve buscar produzir reportagens que fujam da mesmice que predomina na chamada “grande mídia”.

Milton Jung, da rádio CBN, afirmou que, se os jornalistas fossem mais indignados, certamente fariam um trabalho com mais qualidade, pois, ao contrário do que muitos afirmam, não há um controle acirrado sobre o conteúdo por parte dos donos das emissoras. Jung deixou um recado aos estudantes: “não cometam os mesmos erros que nós cometemos”.

Na mesma linha, Cecília Peruzzo, da Universidade Metodista, afirmou: “se você não gosta do que a mídia traz como informação, seja você a mídia”. A professora argumentou que a comunicação “é vista como atividade-fim, mas isso é um erro”. Ela acredita que o desenvolvimento de veículos de comunicação pelos movimentos sociais é fundamental, e que há neste processo um aspecto educati-

vo, pois a produção de informações é um meio facilitador da luta travada pela militância político-social.

Milton Jung falou também da cobertura da mídia sobre a crise política nacional. Para o jornalista, não houve investigação, e sim a mera reprodução de declarações e documentos. Como lição de ética jornalística, citou uma frase do jornalista Cláudio Abramo: “o jornalismo é o exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter”.

### Brasil de Fato

José Arbex Jr. relatou a história do início do Jornal Brasil de Fato, que é feito com o apoio de diversos movimentos sociais. Arbex afirmou que o direito dos militantes de se expressarem democraticamente é apenas formal, pois na prática isto é muito difícil. Isso porque as três grandes distribuidoras brasileiras de publicações boicotaram a distribuição do *Brasil de Fato*. A publicação só foi viabilizada por influência política.

#### PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br). **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - PUCviva na Internet: [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).

# Carteirinhas de identificação: o que se pretende com isso?

*André Golovaty Cursino  
e Eric Calderoni*

Alguns pontos importantes devem ser esclarecidos antes que se possa aprovar uma medida que obrigue o estudante, professor e funcionário a fazer mais um documento de identificação. Devemos nos perguntar: afinal, qual é a utilidade de fazer tal carteirinha? O que Maria leva?

Se o argumento for o direito à meia-entrada em cinemas e teatros, a questão já está resolvida. Qualquer estudante que tenha em mãos o comprovante de matrícula e o R.G. já goza desse direito, não sendo necessária mais uma carteirinha.

Se for para identificar os estudantes, professores e funcionários, caímos na mesma questão: eles já estão identificados e são, em certo grau, conhecidos pelos agentes de área.

Se o argumento for para melhorar a segurança, então a única opção é cobrá-la do estudante como filtro para o ingresso no câmpus, como se faz na FAAP, Santa Marcelina, Uninove e outras faculdades – pois, se for para o documento ficar guardado na carteira, não faz nenhum sentido, e dessa forma estaremos instalando a catraca burocrática. Somente neste caso, a carteirinha faria sentido: sendo obrigatória na entrada, quem não a estiver portando não entra. Temos assim instaurada a maldita catraca, seja ela eletrônica ou tenha ela seu papel desempenhado por um agente de segurança.

Uma boa forma de fazer uma mudança radical é fazê-la de forma gradual, e assim incorporamos novas condutas como se fosse natural, principalmente quando o corpo discente vai se trocando, quando uns se formam e outros ingressam. Talvez isso explique a falta de informação que se dá a respeito das verdadeiras justificativas para as carteirinhas, que ora são apresentadas como sendo umas e ora como sendo outras, deixando a Comunidade sem saber o que exatamente se pretende com isso.

Outra opção injustificada seria caso a carteirinha não fosse obrigatória para entrada no câmpus, mas diante de comportamento inadequado, ou mesmo de comportamento considerado “suspeito”, seria solicitada, e se a pessoa abordada não a estiver portando, aí... aí... aí o quê? Vai ser levada para interrogatório ou expulsa do câmpus. Mesmo assim, a carteirinha seria inútil, pois se poderia levar para a “salinha” com ou sem carteirinha, a menos que a intenção seja poupar de tal constrangimento o estudante portador da carteirinha pego em atitude ilícita. O episódio da prisão de um estudante em 16/8 nos mostra que o perigo não vive somente fora das muralhas que alguns querem criar entre uma idealizada Universidade do bem e uma expiatória Comunidade do mal. Atribuir poderes aos agentes da PUC de interrogar ou expulsar do câmpus quem for considerado “suspeito”, sem que se tenha flagrante ou quais-

quer provas contra eles, seria autorizar a arbitrariedade, não importa se a pessoa tenha ou não carteirinha. Não se pode punir ninguém somente porque o segurança o julgou “suspeito”, somente atitudes ilícitas podem ser combatidas, e somente se com flagrante e/ou provas.

Quais realmente são as vantagens em fazer mais um documento que implica custos para uma universidade que se diz em dificuldades para pagar seus funcionários? Qual a utilidade ou “intenção” em identificar o já identificado? Sem responder acuradamente tais questões, seria inconsistente qualquer tipo de posição. Um bom começo seria irmos visitar nossos colegas na FAAP ou na Santa Marcelina e experienciar-mos na pele possíveis conseqüências de tal medida.

O Consun julga no dia 26/10, quarta-feira, às 9h, na sala P-65 do Prédio Velho, recurso contra a implementação das carteirinhas. Seria importante a presença de todos os representantes pedindo a palavra, e de todo membro da Comunidade, com cartazes que expressem suas opiniões.

*André Golovaty Cursino* é psicólogo formado pela PUC-SP e foi secretário geral do CA de Psico. *Eric Calderoni* é doutorando em Psicologia Social, vice-presidente da APG e representante dos pós-graduandos no Consun

# Por uma nova Febem

*Maria José da Silva Sales*

Um dos temas que mais têm ocupado espaço na mídia e suscitado debates na sociedade, nos últimos meses, é a questão da Febem. Os principais enfoques dessas discussões são: o que fazer com a Febem? Muito se tem falado na sua extinção. Em que consistiria essa extinção? Seria a demolição do prédio? Seria a extinção dos cargos e funcionários? Extingüiriam instituições de assistência às crianças e adolescentes infratores no Estado de São Paulo? Se assim for, o que fazer com os menores que precisam dela? Colocarei meu ponto de vista sobre essa questão.

Quanto à assistência educacional escolar: o que se percebe atualmente é que a educação escolar implementada pela Febem é estéril. Parece que a instituição não leva a sério a importância que tem para a reinserção do menor na sociedade. Dessa forma, ele sai da instituição sem preparação nenhuma para enfrentar o mercado de trabalho, restando-lhe a marginalidade como forma de sobrevivência.

A educação escolar na Febem deveria ser uma questão de lei. Os conhecimentos transmitidos deveriam sim passar pelos conteúdos livrescos, mas de forma alguma deixar de desenvolver no educando a visão crítica do mundo social e político no qual ele está inserido, de despertar nele o sentimento de cidadão, também responsável pelo destino desse mundo. A educação escolar teria de ser um ensino que o humanizasse, que lhe ensinasse o amor, a dignidade e outros valores humanos.

Quanto ao quadro de funcionalismo da Febem: pelo visto, os profissionais que hoje atuam na instituição carecem de preparação suficiente para os serviços que prestam. Não se têm testemunhos concretos que mostrem que eles têm alcançado os objetivos a que a instituição se propõe.

Temos visto com muita frequên-

cia, através da mídia, denúncias de desvio de verbas por parte da direção; torturas físicas e psicológicas, além de tráfico de armas e drogas, praticado pelos próprios funcionários da instituição.

Os profissionais que ali prestam serviços deveriam passar por avaliação psicológica e de antecedentes criminais, além de participar de cursos de formação específica para a função que desempenham periodicamente. Não apenas quando ingressam no trabalho. Essa avaliação periódica favoreceria o governo a tomar medidas que evitassem a propagação da marginalidade entre esses profissionais.

Separação dos menores por idade e tipo infracional: sou a favor de trocas de experiências, mas experiências positivas, onde todos cresçam. No entanto, no caso da Febem, esse fator configura-se como um dos problemas a serem refletidos. Os menores têm adquirido, com a convivência junto aos mais experientes no crime, níveis cada vez maiores de marginalidade e violência. A instituição parece estar servindo como escola de criminalidade, fazendo o inverso de sua função.

Implementação de políticas de trabalho sócio-educativo, acompanhamento psicológico, tratamento de recuperação para os viciados: medidas sócio-educativas precisam ser tomadas. As crianças e adolescentes precisam ter acesso a trabalho, esporte, lazer e arte. A expressão artística é uma das formas mais eficazes para o processo de socialização, para o despertar da criatividade, da sensibilidade e da emoção, entre outros valores, além de sentimentos importantes para o processo de humanização, para o processo de uma mudança na vida de quem o praticar.

O esporte, por sua vez, além de ter toda a importância das expressões artísticas, é uma forma também de liberação de energia, de adrenalina que crianças e adolescentes têm de

sobra. E, não tendo meios apropriados para expressá-los, vêem a violência como um meio para esse fim.

O acompanhamento psicológico competente é vital, em minha opinião, para a reeducação dos internos. Estou me referindo a um trabalho sério, clínico. Pois a criança que chega à Febem certamente já passou por inúmeros processos de violência, tanto físicos como simbólicos. Portanto, são vítimas marcadas corporal e espiritualmente. Um tratamento psicológico poderia contribuir para resgatar sua auto-estima, autoconfiança, amor-próprio, enfim, sua dignidade humana.

Outra medida vital para a reeducação e re-socialização dos menores, bem como para o êxito da Febem: a instituição precisa dispor de uma clínica de recuperação para viciados em drogas.

De que adianta colocar um menor viciado para se recuperar, numa instituição que não dispõe de recursos para tal? Um programa sério de recuperação daria respostas a muitos problemas. Primeiro, salvaria a vida do ser humano, e também exterminaria com o tráfico de drogas dentro da instituição.

É importante ainda assinalar a importância do trabalho para o resgate da dignidade humana. É um excelente meio para despertar o senso de responsabilidade, de se mostrar útil a si mesmo e para os outros, além de outros fatores.

É importante destacar ainda que a Febem não é uma ilha. Ela faz parte de uma organização política mais ampla, e uma medida eficiente e eficaz deve estar ligada às teias de relações políticas de um Estado que se importe com a dignidade humana.

*Maria José da Silva Sales* é estudante do curso de Serviço Social

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

# APROPUC e Reitoria discutem proposta de reajuste

**N**a quinta-feira, 20/10, a diretoria da APROPUC reuniu-se com os vice-reitores administrativo e comunitário para levar a posição da categoria sobre a proposta de reajuste apresentada pela Reitoria.

Na mais recente assembléia da categoria, chegou-se à conclusão de que, pelo nível de mobilização dos docentes, a proposta da Reitoria deveria ser aplicada. Mas a diretoria da associação entendeu que não deveria assinar formalmente um acordo com os gestores da universidade, uma vez que a proposta apresentada era inferior àquela aprovada em convenção coletiva pelo Sinpro e pela entidade das mantenedoras (veja ao lado a proposta da Reitoria).

Os vice-reitores disseram compreender a posição da entidade, e levarão os resultados da reunião para apreciação da reitora Maura Vêras.

## Conversa franca

A presidente da APROPUC, professora Priscilla Cornalbas, colocou aos gestores as preocupações da categoria com o clima de insegurança hoje vivenciado na universidade. Professores de diversos departamentos têm telefonado com frequência para a associação, perguntando sobre como ficará sua situação funcional no próximo semestre.

Priscilla lembrou que, segundo relatos, em alguns departamentos já estão sendo comunicados eventuais cortes por conta de reestruturações que a universidade deverá adotar.

O vice-reitor administrativo Flávio Saraiva assegurou que, até o momento, não há nenhuma diretriz da Reitoria com relação a tais medidas. Já o professor João Décio Passos, vice-reitor comunitário, disse que a Reitoria está empenhada em formular novas propostas para o enfrentamento da crise e que, tão logo elas estejam concluídas, a APROPUC deverá ser chamada para discutir.

Novamente, a professora Priscilla e o professor Erson Martins, da APROPUC lembraram da necessidade de se agendar uma reunião o mais breve possível, para que as decisões não sejam comunicadas somente no período de férias acadêmicas.

## A proposta da Reitoria

1- Aplicação do índice de 7,66%, estabelecido na convenção coletiva de trabalho entre Sinpro e Semesp, sobre os salários de maio/2004, a partir de janeiro de 2006;

2 - As diferenças que se referem à aplicação do ICV-Dieese entre maio de 2005 e dezembro de 2005 serão pagas em três parcelas: a primeira em abril de 2006, a segunda em junho de 2006 e a terceira em agosto de 2006. Todas as parcelas serão corrigidas pelo ICV-Dieese.

**P R O F E S S O R**

## REUNIÃO GERAL DA APROPUC

\***ANÁLISE DA CRISE**

\***CONTRATO DE TRABALHO** - Relato da Comissão de 65/78

\***DELIBERAÇÃO 12/2005** - Carreira Docente e Planos dos Departamentos

**27/10 - Quinta-feira**  
**18h - Sala P-73**

## ASSEMBLÉIA DA APROPUC

**10/11 - Quinta-feira - sala P-76 - 18h**

**Discussão dos encaminhamentos da Reunião Geral**

**Professor participe!**  
**Discuta nos seus setores!**

# Rola na rampa



EBANO PIACENTINI

## Debate aprofunda visões do "sim" e do "não"

Quem teve a chance de ir a pelo menos um dos quatro debates sobre o desarmamento, dentro da Semana Acadêmica, pôde votar com mais clareza no referendo de 23/10. O *PUCviva* acompanhou a discussão da noite de 19/10, no Tucarena, com o professor do Direito Cláudio Finkelstein (defendendo o "não"), o deputado estadual do PT Renato Simões (pelo "sim"), a professora Maria da Graça Gonçalves, diretora da Faculdade de Psicologia, e Maria Luísa Guedes, do Departamento de Teologia. A mediação ficou por conta da professora Isaura Isoldi. Definindo-se como um pacifista convicto, Finkelstein disse ser a favor do desarmamento, mas não agora, pois avalia que as autoridades brasileiras não es-

tão aptas a fornecer segurança à população. O professor acredita que, para diminuir a violência, é preciso mudar "a cultura dos brasileiros", e os "problemas reais e de base" do país. Para defender o "sim", Renato Simões apresentou alguns dados sobre o estado de São Paulo, mostrando que, em 2004, 89% dos homicídios foram executados com armas de fogo, 74% não foram ligados a crimes de bandidos, 58% ocorreram na rua e 28% foram por motivo de vingança. O deputado afirmou que, após a implantação do Estatuto do Desarmamento, em 2003, já houve uma queda de 3.000 homicídios, lembrando que o mesmo Estatuto resguarda o direito de portar armas a quem comprovar que precisa delas.

## O fim da gráfica

A gráfica da PUC-SP foi oficialmente extinta na semana passada. O destino dos funcionários do setor ainda é incerto: a Divisão de Recursos Humanos ainda está estudando caso por caso,

para determinar se algum deles será mantido nos quadros da universidade, em outros setores. Uma comissão foi formada para fazer o levantamento do material que sobrou do setor.

## Carreira docente, carteirinhas e dias parados no Consun

O Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) reuniu-se duas vezes na semana passada (19 e 21/10) para debater a forma de aplicação da Deliberação 12/2005, sobre o quadro de carreira dos professores. As sugestões elaboradas pelos conselheiros terão agora que ser homologadas pelo Conselho Universitário (Consun) na reunião desta quarta-feira, 26/10. Na mesma sessão, espera-se que entre

em pauta o polêmico tema das carteirinhas de identificação para estudantes, aprovadas pelo Conselho Comunitário (Cecom) como forma de minimizar a presença das drogas no campus. Também deve ser avaliado o recurso dos funcionários sobre o desconto dos dias parados na greve de 2004. Os trabalhadores querem suspender o desconto, anunciado pela Reitoria no início do mês.

## Aprenda primeiros socorros na Sipat

Os primeiros socorros serão tema de várias palestras nesta semana, promovidas pela Cipa. Alunos de Artes do Corpo vão se apresentar antes de cada evento. Na Monte Alegre, são duas datas: segunda-feira, 24/10, às 14h, no auditório 333, e quarta-feira, 26/10, no mesmo horário, mas na sala 239. Na Marquês, a apresentação e a palestra acontecem na terça-feira, às 9h30, na sala 12. As explicações sobre os primeiros socorros serão feitas pelo Corpo de Bombeiros. O concurso de frases sobre a qualidade de vida, voltado a professores e funcionários, continua até esta sexta-feira, 28/10. A premiação acontece em 30/11, e vai distribuir dois aparelhos de DVD e um de som para os autores das melhores frases.

## Palestino e israelense debatem na PUC

Um estudante israelense e um cientista social palestino vem à PUC nesta semana para falar sobre a o dia-a-dia de seus povos em meio à situação de constante conflito. Eyal Pudak Sagie estuda Literatura Clássica, e recusou-se a servir o exército de Israel. O palestino Salah Haboob, preso entre 1991 e 1998, vive em Ramallah, na Cisjordânia, e hoje atua na Autoridade Palestina. O debate acontece nesta segunda-feira, 24/10, às 19h30, no estúdio de vídeo da Comfil (prédio Cingapura). O Departamento de Jornalismo participa da organização do encontro.

## Como a mídia aborda a Reforma Agrária?

O tratamento dispensado pela mídia semanal aos sem-terra e ao tema da Reforma Agrária será tema de um debate nesta sexta-feira, 28/10, às 19h30, no auditório da

Cogea (Rua João Ramalho, 182). Na mesa, os professores Lúcio Flávio de Almeida (Ciências Sociais), Hamilton Octavio de Souza (Jornalismo) e Roseli Fígaro.